

---

# Geografia Humanista e o Lastro Fenomenológico: uma leitura político-crítica

*The Humanistic Geography and the Phenomenological Core: a political-critical reading*

*La Geografía Humanista y el Lastre Fenomenológico: una lectura político-crítica*

Caê Garcia Carvalho<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0001-0003-1112-6680>

---

**RESUMO:** Discute-se neste ensaio as possibilidades de uma leitura político-crítica da realidade na esteira da Geografia Humanista em sua inspiração fenomenológica. Comumente associada a um subjetivismo egóico e acrítico, advoga-se, a partir da descrição fenomenológica em seu esteio ôntico-ontológico, o cariz político que se entreabre a partir dos fundamentos e auspícios da Fenomenologia. A discussão inicia-se com uma reflexão sobre a política. Evidencia-se, então, sob o escopo de alguns dos grandes mestres da Fenomenologia do século XX, como tal dimensão (política) já está posta desde Husserl. Em um terceiro momento, apresenta-se, de maneira sumária, o escopo fenomenológico para, em seguida, tecermos considerações sobre a descrição fenomenológica na esteira do mundo vivido; por fim, a partir do duplo escopo que o método fenomenológico amálgama (empírico e ontológico), recorrendo a pesquisas prévias no campo da Geografia da Religião, problematiza-se substancialmente a leitura política na seara da Geografia Humanista.

**PALAVRAS-CHAVE:** geografia humanista; leitura política; mundo vivido; descrição fenomenológica.

**ABSTRACT:** *This essay discusses the possibilities of a political-critical reading of reality through Humanistic Geography in its phenomenological inspiration. Commonly associated with an egocentric and uncritical subjectivism, it advocates, from the phenomenological description in its ontic-ontological support, the political nature that opens up from the foundations and auspices of Phenomenology. The discussion begins with a reflection on politics. It is then shown, from the perspective of some of the great masters of 20th century Phenomenology, how this dimension (politics) has already been in place since Husserl. In a third moment, the phenomenological scope is briefly presented, followed by considerations on phenomenological description in the wake of the lived world; finally, based on the double scope that the phenomenological method amalgamates (empirical and ontological), using previous research in the field of Geography of Religion, the political reading in the field of Humanist Geography is substantially problematized.*

**KEYWORDS:** humanistic geography; politic reading; lived world; phenomenological description.

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor Adjunto da Universidade Federal de Roraima (UFRR). E-mail: cae.garcia@uffr.br.

**RESUMEN:** *Este ensayo discute las posibilidades de una lectura político-crítica de la realidad a través de la Geografía Humanista de inspiración fenomenológica. Comúnmente asociado a un subjetivismo egoísta y acrítico, aboga, desde la descripción fenomenológica en su marco óntico-ontológico, por el carácter político que se abre desde los fundamentos y auspicios de la Fenomenología. El debate comienza con una reflexión sobre la política. A continuación se muestra, desde la perspectiva de algunos de los grandes maestros de la Fenomenología del siglo XX, cómo esta dimensión (la política) está ya presente desde Husserl. En un tercer momento, se presenta brevemente el ámbito fenomenológico, seguido de consideraciones sobre la descripción fenomenológica en la estela del mundo vivido; finalmente, a partir del doble ámbito que amalgama el método fenomenológico (empírico y ontológico), utilizando investigaciones previas en el ámbito de la Geografía de la Religión, se problematiza sustancialmente la lectura política en el ámbito de la Geografía Humanista.*

**PALABRAS-CLAVE:** geografía humanista; lectura política; mundo vivido; descripción fenomenológica.

---

## INTRODUÇÃO

Este ensaio é fruto de uma reflexão oriunda da participação no Seminário “A Geografia enquanto leitura política da realidade”, realizado pelo Programa de pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. Neste evento, cujo mote era a dimensão política da ciência geográfica, fui convidado para explanar acerca do método fenomenológico e da Geografia Humanista.

Procurei, então, guiar minhas considerações em circunscrição àquilo que o Seminário propunha, discutir a Geografia Humanista e o lastro fenomenológico a partir de uma leitura político-crítica.

Cumprir essa tarefa sob o ideário filosófico fenomenológico é de suma importância, uma vez que, com certa frequência, quem segue as pesquisas na linha da Geografia Cultural e/ou Humanista é acusado de abstrair as questões políticas e da análise do sistema social (capitalista), de sua estrutura organizacional, ancorando um viés subjetivista nas pesquisas a partir da percepção deste ou daquele pesquisador ou do grupo em estudo, conforme anuncia, por exemplo, Carlos (2007).

Em perspectiva similar, Cosgrove (2010) considera que a Geografia Cultural-Humanista, em crítica datada dos anos 1970, tem uma tendência ao desprezo à teoria e focaliza sua atenção sobre os indivíduos, dando atenção inadequada a estruturas materiais e de classes mais amplas. E, ao negligenciar exames históricos das relações de produção, termina voltada para o idealismo fenomenológico, um ego transcendental apartado do mundo real, como considera Lefebvre (1995) em suas ponderações contra a Fenomenologia.

Meu objetivo é, assim, tecer considerações sobre as pesquisas em Geografia sob o crivo da Fenomenologia para, neste processo, evidenciar – e isso é o cerne da proposta – leituras político-críticas da realidade social. Aquém de um tratado, o objetivo é problematizar, fazer pensar e pautar as aberturas analíticas que podem advir pelo aporte fenomenológico.

Advirto ao leitor que não será empreendida uma profunda e sistemática imersão sobre o que é a Fenomenologia e sua apropriação pela Geografia. Inúmeras publicações já cumprem essa proposta (Buttimer, 1976; Goto, 2013; Holzer, 2003, 2010; Marandola JR., 2005; 2013a; 2013b; Relph, 1979; Serpa, 2016, 2019); ademais, o objetivo primal não é apresentar o que é a Fenomenologia e a Geografia Humanista, senão explorar suas possibilidades de leitura política da realidade.

Comumente alçado (pelos próprios defensores) como a pedra angular necessária e, mormente, autossuficiente para enredar os rumos teórico-metodológicos da pesquisa (Tonet, 2013), faremos, ao longo deste escrito, aproximações com o aporte marxista. Isso se justifica por seu prisma visceralmente crítico e por ter sido o referencial basilar da Geografia Radical (de onde se originam as palavras mais ásperas contra a Geografia Humanista).

Essas incursões se cumprirão ora de modo tangencial e ora de modo explícito (profundo). Tangencialmente se explora temáticas comuns postas pela Geografia Crítica (em sua inspiração marxista) e pela Fenomenologia, às quais só poderemos fazer breves apontamentos por escapar de nossa intenção basilar problematizar em maior densidade as reflexões a partir dos geógrafos “críticos”.

De maneira profunda se discute o que é política segundo a perspectiva fenomenológica e a marxista para, daí, extrair veios possíveis de análise. Afinal, se o objetivo basilar deste escrito é explicitar leituras político-críticas da realidade social a partir do escopo da Geografia Humanista, é imperioso que se circunscreva, então, o entendimento da política.

O intuito com tais aproximações é fazer reluzir, em face de uma perspectiva sobeja e oportunamente crítica (como a marxista), o potencial político-crítico próprio da Fenomenologia e da Geografia Humanista. É colocar em paridade duas correntes paradigmáticas da Geografia. E não é contraditório problematizar a política através da Fenomenologia e do Marxismo (do materialismo histórico-dialético, quero dizer), uma vez que importantes nomes do ideário fenomenológico também seguiram tal percurso, como Merleau-Ponty e Sartre (Neves, 2016).

Em determinada leitura, poder-se-ia assumir a comparação já como o evidenciar da primazia da Geografia Crítica (e do Marxismo): tudo mais, para ter valor, precisa ressoar aos auspícios desta corrente pré-estabelecida como modelo (de comparação). Em outra leitura, no entanto, a comparação retira do Olimpo aquilo tido como único e mais elevado, a destrona de seu pedestal.

## PENSANDO A POLÍTICA: ENTRE O MARXISMO E A FENOMENOLOGIA

Conforme anunciado na introdução, busco apresentar a concepção de política que este trabalho contempla e, para tanto, sigo com incursões pelo pensamento marxista e pelo fenomenológico. Início com o primeiro.

Valendo-me da tradução de Alvarez (2021), Lefebvre assevera inexistir uma moral, estética ou ciência marxista. O que subsiste é uma crítica dialética das morais, da arte e do conhecimento. O mesmo, talvez, pudesse ser dito da política. Mas não se quer dizer que o arcabouço marxista não desbrave e fundamente perspectivas políticas.

Similarmente, Parra-Ayala (2021) reputa autores (como Laclau e Rancière) que afirmam não poder captar o político em sua especificidade no pensamento de Marx, subsumindo-o enquanto epifenômeno do econômico. Também o autor, assim como Lefebvre, questiona e tensiona o fundamento teórico de Marx para ver ascender, então, sua dimensão política.

Ainda segundo Parra-Ayala (2021), é a noção de produção material (as relações de produção, para ser mais assertivo) que substancia o fundamento teórico do conceito de política no Marxismo.

No bojo das relações de produção, mediatizada e encarnada no e pelo trabalho, o ser humano se diferencia da natureza (ainda que dela não se aparte) e, produzindo suas condições materiais de existência, produz sua própria humanidade (Marx, 2013).

É neste delineamento que o ser humano encontra fecunda sua liberdade. Está para além do alicerce biológico-natural que predeterminaria sua conduta; suas possibilidades de ser se engendram e se matizam nas configurações históricas amalgamadas pelas relações sociais de produção.

Tal liberdade, no entanto, não diz respeito somente à transformação da natureza pelo processo de trabalho, implica ainda a reflexão e a tematização na qual a história, o presente – e o devir – se tecem:

Devemos então distinguir entre uma primeira e uma segunda liberdade. A primeira liberdade se refere à capacidade de autodeterminarmo-nos por meio do trabalho, de elevar, mediante a produção material, nossas necessidades naturais a um mundo cultural que transcende a mera biologia. A segunda liberdade é a possibilidade que temos de mudar ou manter a forma social na qual a primeira liberdade se realiza, quer dizer, a de mudar ou manter as relações de produção definidas em sentido amplo (Parra-Ayala, 2021, p. 47, tradução nossa<sup>2</sup>).

---

<sup>2</sup> Debemos entonces distinguir entre una primera y una segunda libertad. La primera libertad se refiere a la capacidad de autodeterminarnos por medio del trabajo, de elevar, mediante la producción material, nuestras necesidades naturales a un mundo cultural que trasciende la mera biología. La segunda libertad es la posibilidad que tenemos de cambiar o mantener la forma social en la que la primera

Segundo o autor, é com este arranjo que devemos ler a política em Marx: uma tematização explícita da realidade social – através da elaboração do fenômeno empírico por meio de suas mediações e contradições – que não é mera derivação mecânica das condições materiais. Ao contrário, está-se por se construir e a política, aqui, é um projeto radical de transformação social – sua teoria política, pois, assevera Lefebvre, “[...] pretendia-se uma ciência da liberdade, transbordando a necessidade histórica em nome dessa necessidade reconhecida [de transformação social]” (Alvarez, 2021, p. 10).

O core da política, assim, é um debruçar-se reflexivo e crítico que permita a apreensão da realidade em seus fundamentos derradeiros para que se possa, sob tal alicerce, pautar – o que não se enceta sem conflitos – caminhos para o devir humano. Ontologicamente livre (o fazer-se de si pelo trabalho e pela organização social), o ser humano reencontra sua liberdade – a possibilidade de trilhar outros mundos – na política.

Amalgamando em sua teorização a necessidade – as particularidades históricas e vãos possíveis de atuação no contexto da conjuntura histórico-geográfica – e a contingência – a possibilidade de atuação política e de precipitação do novo a partir de uma nova organização social –, Merleau-Ponty assevera que o Marxismo “[...] não é [apenas] uma filosofia da história, é a filosofia da história” (Merleau-Ponty, 1968, p. 262).

De acordo com Neves (2016), o interesse do filósofo francês por Marx se deve, de maneira fulcral, às preocupações políticas, um fundamento “[...] para orientar-se no engajamento político” (Neves, 2016, p. 113):

Merleau-Ponty direciona sua interpretação da práxis num sentido claramente fenomenológico, não perfeitamente compatível com o marxismo, mas que lhe permite introduzir um conceito através do qual pensa poder dar conta da articulação entre determinação e liberdade. Trata-se da ideia de motivação, transplantada das ciências do espírito em Husserl para o ambiente existencial do mundo-da-vida historicamente trabalhado [...]. Se o comportamento humano, pensa Merleau-Ponty, não é nem causalmente determinado por móveis extrínsecos à sua ação, nem tampouco absolutamente livre para determinar-se a si mesmo, é que ele é antes motivado pelos predicados de significação que aderem tacitamente aos objetos que compõem o mundo sensível (Neves, 2016, p. 116).

Embora ulterior ruptura mais drástica perante o Marxismo viesse a ocorrer a partir de Merleau-Ponty (Neves, 2016), entendo que, entre os dois aportes, apesar da disjunção, conjuga-se um núcleo comum para problematizar a política (e, como um parêntese, curioso constatar como as críticas endereçadas ao aporte fenomenológico como acrítico e subjetivista

---

libertad se realiza, es decir, la de cambiar o mantener las relaciones de producción definidas en sentido amplio (Parra-Ayala, 2021, p. 47).

sequer mencionam as articulações intentadas por fenomenólogos com o materialismo histórico-dialético, destacando-se, além de Merleau-Ponty, também Sartre (2004).

A crítica posterior que Merleau-Ponty endereça ao Marxismo diz respeito a que tal filosofia da história promete o cume derradeiro no qual lógica – as contradições da história – e contingência – a ação revolucionária do proletariado – se coadunariam (Neves, 2016). Aqui, Merleau-Ponty revê seu posicionamento prévio do Marxismo como a filosofia da história.

O ponto crucial de sua crítica é haver um descompasso entre a teoria e a prática, unidade candente para o Marxismo. Se faz, a priori, o proletariado a semente e a raiz que enceta o porvir que realiza a teoria da revolução, mas, na prática, o que se encontra é o proletário empírico, dividido e heterogêneo, sujeito à ideologia burguesa e às diversões da história; nesta conjuntura, entramos num compasso de espera no qual se preserva e se espera que a teoria entre em contato com os fatos para ser testada:

[...] segue-se postulando uma teoria geral, uma lógica da história tanto mais sedutora na medida em que se realiza às costas do homem, e lamenta-se repetidamente que a empiria não confirme ainda sua existência de fato, comemorando-se simultaneamente que ela não negue sua validade de direito. Ora, é essa separação entre fato e direito que conduz a crítica marxista rapidamente ao idealismo (Neves, 2016, p. 118).

Assim, o cume da história que pauta o oportuno encontro entre lógica (teoria) e contingência (da empiria), mesmo que não alcançado, jamais desautoriza questionar os pressupostos filosóficos dados pelo Marxismo a se cumprir num futuro mais ou menos breve ou mais ou menos distante.

Merleau-Ponty, em seus últimos trabalhos, se inspira numa leitura particular que faz de Saussure (Neves, 2016). O sujeito falante depende da estrutura diacrítica da língua, mas, sua fala, ao mesmo tempo em que reflete a tal estrutura, concorre à sua atualização, transformação, imputando-lhe novos sentidos que se integraram, pois, à estrutura da língua.

Esse novo esquema altera em dois pontos decisivos a antiga solução via práxis e motivação: por um lado, o sentido preexistente na experiência, que o homem encontra e que irá motivar sua ação livre, não é mais correlato de uma atividade pré-tética desse mesmo homem, seja pelo trabalho, seja pela intencionalidade operante. Isso faz com que não haja uma humanização prévia e silenciosa do real sobre a qual a ação livre e explícita do homem se ergue [...]. Em seguida, é também a ideia de criação do novo na história que se altera, já que, assim como a fala criadora apenas produz torções na diacrítica da linguagem, pressupondo a estrutura no momento em que a diferencia, também nos demais domínios da cultura a criação será entendida como diferenciação interior ao campo, sem télos pré-existente do qual seria correlato a visada ímpar da consciência (Neves, 2016, p. 126).

Há, neste ponto, certa confluência de Hannah Arendt com a Fenomenologia, quando a autora busca um âmbito originário da experiência (na esteira do retorno às coisas mesmas husserliano) e que constitui a base do conhecimento (Rodríguez Suárez, 2011); tal confluência se revela, igualmente, no questionamento da política. E recorreremos à filósofa por acreditar que, em sua explanação, o crivo da ruptura com o Marxismo fica mais cristalino.

Também para Arendt (2005), assim como para o marxismo e a Fenomenologia, a política enreda a possibilidade dos seres humanos – nunca em isolamento, senão num contexto intersubjetivo – fazer surgir o inesperado, criar o novo.

A diferença crucial é que Arendt estabelece uma distinção entre as atividades humanas: o trabalho-labor (voltada à satisfação das necessidades vitais imediatas), a fabricação ou obra “[...] criação de objetos duráveis, a construção de um mundo artificial destinado a transcender até mesmo a vida dos produtores” (Torres, 2007, p. 238) e a ação. Esta última é a única atividade não direcionada para a produção de objetos, sendo desenvolvida pelos seres humanos no mundo comum e se converte, nas reflexões da autora, numa investigação sobre o sentido – a ação é particular à humanidade, transcende o ser natural e está mais além do labor-trabalho, se imiscui e enseja significados para a vida humana (Rodríguez Suárez, 2011).

Aí reside o núcleo político – porque matizado por disputas e consensos – da existência humana “[...] cujo significado ontológico quer descobrir desde ela mesma sem partir de um saber que a oriente” (Rodríguez Suárez, 2011, p. 429) e, com este postulado, se entrelaça a rotação merleauPontiana frente ao marxismo. Não se pode apontar um pressuposto de uma humanização prévia – a partir do trabalho – sobre toda a ação livre do ser humano que se erige ou que se aborta.

Mas, frente às discrepâncias, se anuncia um núcleo comum com o qual caminho para pensar a política. No ponto mais elevado, a política quer perspectivar o que nos liberta da ordem estabelecida (Silva; Euzébios Filho, 2021) – é por isso que, em certo sentido, Lefebvre assevera que o projeto emancipatório-revolucionário elide, por fim, a própria política (Alvarez, 2021), mas, de fato, mesmo numa sociedade autonomista, livre (Souza, 2013), a política não se apaga (Parra-Ayala, 2021). O que Lefebvre quer apontar com “[...] os atos políticos [que] visam o fim da política” (Alvarez, 2021, p. 9) diz respeito, mais estritamente, à revelação da verdade do corpus social e, então, do fim do Estado burguês.

Neste contexto, seja frente às alienações engendradas no bojo das relações capitalistas (Marx, 2013), seja, conforme em debate na próxima seção, frente à decadência civilizatória europeia do século XX (Husserl, 2012), em ambos os auspícios se está diante de um ensejo teórico, político e filosófico de questionamento da ordem estabelecida.

O escopo teórico-metodológico, de certo, difere (Sposito, 2004; Suertegary, 2005), mas permanece, como solo comum, o fundamento crucial de uma *análise político-crítica* da realidade. Se o cume da política é a prática social transformadora-emancipadora do real, o

seu alicerce teórico é uma análise do mundo, do funcionamento social. É por isso que Marx (2013) esquadrinha o funcionamento do capitalismo; é por isso que Husserl (2012) apela para um retorno às coisas mesmas. Em síntese, em um e em outro caso, se quer alcançar os fenômenos pela análise de seus redutos basilares, fundamentais, cariz elementar para qualquer projeto de transformação social. Como admoesta Sartre (2002, p. 20), “[...] toda filosofia é prática, inclusive aquela que, à primeira vista, parece a mais contemplativa; o método é uma arma social e política [...]”.

Conforme delineado a partir dos dois aportes teórico-filosóficos, problematizo a política como lócus de liberdade da ação humana e de libertação social (e não que ela não possa se prestar à escopo contrário...). Uma leitura político-crítica da realidade, por seu turno, como nosso título faz referência, quer indicar um modo de compreensão dos fenômenos que lhes deixe a nu, situado em todas as suas dimensões – não somente pela subjetividade dos aspectos culturais, mas transpassado pelas dinâmicas de classe, das ideologias, da “política” (em sentido lato). E, neste desvelamento, situar (quicá, fazer germinar) perspectivas de transformação-libertação social.

## UM SUBJETIVISMO EGÓICO E ACRÍTICO NA FENOMENOLOGIA?

Em vistas da discussão precedente sobre a política, opto por colocar em evidência como é absolutamente rasa uma crítica de que trabalhar com o aporte fenomenológico nos leva, necessariamente, a desprestigiar qualquer tema que lhe transpasse.

Quando Husserl propõe a abordagem fenomenológica na transição entre os séculos XIX e XX, ele está visceralmente preocupado com a crise da razão e das ciências, procura demonstrar como o afã técnico das ciências exatas e naturais acabou distanciando-nos da realidade humana, a instrumentalidade técnica prevalecendo por nossa humanidade (Goto, 2008). As consequências deste processo foram brutais.

Neste contexto, a crise da ciência, da filosofia e da cultura que envolveu o mundo pós-Primeira Guerra, é, interpreta Husserl, também uma crise *política*. Recuperar a ciência e a filosofia perpassa em pensar o mundo – não enquanto ente hipostasiado, padrão da ciência moderna, denunciava Husserl –, senão o mundo efetivamente humano mediado e fundamentado pela intersubjetividade. Nesta seara, a Fenomenologia se impõe como uma “[...] reflexividade sem hipotecas, como o princípio de uma ciência humana longe de positivismo e cientificismos, que seja o começo de uma racionalidade universal, de uma

reflexividade total ao serviço da liberdade e não da coisificação” (Martínez Rodríguez, 2011, p. 289, tradução nossa)<sup>3</sup>.

Em questão bastante similar, Heidegger (2012) nos mostra como nossa prerrogativa do habitar a terra – mesmo nossas possibilidades de ser – vem sendo deturpada, consumida, esvaziada, pela instrumentalidade técnica. Lugares são devassados, homogeneizados, embalados para venda, processo atrelado às dinâmicas de reprodução do capital.

Torna-se, pois, pertinente a pergunta: o que Husserl e Heidegger problematizam ao evidenciar a crise da razão e o esquecimento do humano em nome de um ideário tecnicista não perfaz uma crítica política? Não se desvelam processos e fenômenos com o objetivo explícito de referendar uma nova – e libertadora – maneira de pensar a ciência e a filosofia, bem como de uma outra relação com a instrumentalidade técnica e com o mundo? Devidamente, abrem-se perspectivas de uma leitura política da realidade socioespacial que, inclusive, dialogam com problematizações oriundas do campo marxista na Geografia. Senão, vejamos.

Milton Santos (1988) expõe os limites e os devaneios sombrios da técnica, de sua razão irracional quando ela, a técnica, é o seu próprio centro gravitacional e não nós humanos, o coletivo social. É tal instrumentalidade, tida como valor supremo, o que estamos vendo ainda hoje no bojo do próprio capitalismo no qual o crescimento econômico *per se* normatiza o funcionamento social. Nota-se, devidamente, a confluência temática entre as propostas.

Se Milton Santos (2006) esteve influenciado pelo pensamento fenomenológico (*A Natureza do Espaço* é a concretude desta influência) e não pode ser “encaixotado” num quadro teórico estritamente marxista, podemos citar outro geógrafo cuja filiação teórica explicitamente trafega, sobremaneira, por tal referencial. Os movimentos moleculares afeitos às dinâmicas produtivas do capitalismo, segundo Neil Smith (1988), que, em um de seus aspectos, homogeneíza e pulveriza lugares no processo de circulação capital, indicam fenômeno social similar ao qual se debruça Heidegger (2012), a saber, a instrumentalidade técnica e seu “desvio” para a mera funcionalidade, funcionalidade que se traduz em lucro no capitalismo.

Podemos também partir para considerações mais gerais, ontológicas, a fim de se apontar certa cumplicidade entre os aportes supracitados. Quando Sartre (2003) afirma que nosso ser, um ser que se matiza pela falta, pelo devir, ou seja, é um ser-possível, está em jogo – e isso é o que quero destacar – a presença do mundo. Nossos possíveis (nossas possibilidades de ser, de vir a ser) se matizam em mundos possíveis, outra globalização – outro modo de ser no mundo – engendra outras possibilidades fáticas de existência. E aqui,

---

<sup>3</sup> [...] la fenomenología como una reflexividad sin hipotecas, como el principio de una ciencia humana, lejos de positivismos y cientifismos, que sea el comienzo de una racionalidad universal, de una reflexividad total al servicio de la libertad y no ya de la cosificación (RODRIGUEZ, 2011, p. 289).

estamos, inclusive, num dos pressupostos básicos do Marxismo: o trabalho, a organização social, moldando não apenas a natureza, mas a própria humanidade.

Tal convergência entre os aportes não me causa surpresa, uma vez que tanto o Marxismo (e a Geografia Crítica) como a Fenomenologia (e a Geografia Humanista) procuram pensar as relações humanas em totalidade/totalização. Neste contexto, em busca de alternativas ao modelo dominante de se fazer ciência, não se tratou de um acaso ambas frutificarem-se a partir da década de 1960 na Geografia (Marandola Jr., 2013b).

Pequeno exemplo que será recuperado mais à frente: não se pode pensar o “espaço vivido” sem pensar as normatizações implicadas pelas relações de produção (capitalistas) e, em caso reverso, não se pode compreender a superestrutura (em seu esteio simbólico-cultural) e as reações (também simbólicas-culturais) sem pensar as implicações de ordem prática do cotidiano, no vivido.

Ademais, o próprio e crítico Cosgrove (2010) já apontava desde Vidal de la Blache e Carl Sauer considerações muito próximas da Geografia Cultural com o Marxismo, ambos partindo de um solo ontológico comum: os condicionantes históricos da relação sociedade-natureza.

Essas considerações iniciais já me parecem apontar muito fortemente aquilo que temos em pauta: uma leitura político-crítica da sociedade a partir da Fenomenologia, mais exatamente, a partir da Geografia Humanista.

## PROLEGÔMENOS FENOMENOLÓGICOS

Poder-se-ia seguir a exploração dos conceitos e categorias geográficas – espaço, lugar, território, paisagem e região – e explorá-los à luz da perspectiva Humanista na Geografia. No entanto, seria um trabalho grandioso destrinchar tais conceitos e outros autores já cumpriram tal tarefa; Holzer (1994) para paisagem e lugar, Serpa (2017) para território (e lugar), bem como para região (Serpa, 2008). Preferi, assim, discutir o eixo que emerge como matriz à Geografia Humanista, a ideia de espaço vivido (ou mundo vivido) no matiz do mundo da vida.

Como a Geografia Humanista é balizada (fortemente, mas não estritamente (Marandola Jr., 2013b) a partir do escopo teórico-metodológico da Fenomenologia, é preciso, antes, tecer algumas considerações sobre tal aporte. Seguirei, como anunciado, um percurso um tanto particular. Não serão abordados os componentes conceituais básicos da Fenomenologia em suas minúcias, que, cada qual, poderiam ser abordados em artigos particulares (intencionalidade, suspensão, redução fenomenológica, essência, subjetividade e intersubjetividade etc.). Creio que, pelas circunstâncias e objetivos, seja mais valioso trazer a conceitualização formal de Fenomenologia, o que nos levará à ideia do “retorno às coisas

mesmas”, um chavão fenomenológico. Me parece este ser um bom fio condutor para explorar a leitura político-crítica sob o escopo da Geografia Humanista.

Em termos epistêmicos, Fenomenologia designa, muito simplesmente, o estudo dos fenômenos – os fenômenos na conjunção com o logos, com a razão: fenomenologia (Heidegger, 2005). Nos resta, então, precisar o que são os fenômenos.

Segundo Heidegger (2005), fenômeno indica aquilo que se revela, o que se mostra como si mesmo, deste ou daquele modo. E aqui podemos relacionar esse escopo com nossas primeiras considerações da Fenomenologia quando citamos o objetivo de Husserl (2006), ou um dos, ao edificar sua filosofia.

Procurava-se, justamente, compreender os fenômenos enquanto tais a partir de seu próprio aparecer, de seu emergir, uma vez que a ciência de sua época se havia apartado, pois, da vida humana em prol de um objetivismo científico-tecnista. É neste sentido que se pensa o “retorno às coisas mesmas” – ao ser, ao mundo, aos objetos etc. Que se deixem ver por e a partir de si mesmos em sua essência manifesta – o que faz com que os fenômenos sejam estes enquanto tais para aprendê-los em intuição – sem os prejuízos científicos (abstraindo, colocando em pausa a ciência, uma vez que seu primado pode mostrar-se falho) e os do senso comum (por conta de seu “vício”). Estamos aqui na ideia de suspensão dos conhecimentos prévios que originará a redução fenomenológica (Husserl, 2006).

Com a redução alcança-se a compreensão do fenômeno em seu reduto mais originário, mais próprio, particular, descrevendo, então, os fenômenos que emergem à consciência (Feijoo; Goto, 2016). A redução fenomenológica, pois, encarna “[...] a resolução de fazer o mundo aparecer tal como ele é antes de qualquer retorno sobre nós mesmos” (Merleau-Ponty, 1999, p. 13). Em síntese, antes das aquisições da ciência, há o mundo que se dispõe em e para nós, à nossa existência.

Um parêntese necessário: muitas das celeumas com a Fenomenologia advêm por conta dos fundamentos mencionados, aos quais se poderiam empreender uma série de acusações: aborto de formulações teóricas; método que se referenda tão-somente como mera descrição da realidade, indutivista; e, por outro lado, ao estabelecer um conhecimento essencialista do mundo, da humanidade, recai no idealismo, já que busca o fenômeno em redução, algo que só pode existir para um ego transcendental apartado deste mundo.

Não posso, uma por uma dessas argumentações, dissipá-las neste espaço, senão, formalmente, negá-las. Me permitam apenas retornar à primeira dessas observações, o caráter descritivo. Temário para nossa próxima seção.

## A DESCRIÇÃO FENOMENOLÓGICA

A descrição fenomenológica vai além de mero empirismo, não é simploriamente inventariar os traços e características de tal ou qual fenômeno, uma paisagem por exemplo, procurando extrair um conteúdo sintético que particularize, do exterior, esta específica paisagem – a paisagem do Engenho Velho da Federação (Salvador-BA) compreende casas sem revestimento, pequenas; diversos becos e vielas são encontrados; na rua principal há moradias de melhor qualidade, os “grandes” mercados e demais serviços se prostram nesta mesma rua, se trata de um bairro popular...

A descrição fenomenológica se aproxima mais, nesta comparação, com o olhar do romancista que procura não somente catalogar e apresentar a fisionomia de uma paisagem, senão apresentar ao leitor o sentido interno que a alimenta, que lhe dá forma, cor e textura – todos os cantinhos do Engenho Velho, em sua via tortuosa, conectam-se à rua principal. O bairro à noite é um lindo quadro, com as pequenas luzes iluminando, junto à Lua, o lugar. Pela manhã, entretanto, o Sol desvela a miséria que o manto escuro da noite escondia.

Não se trata aqui só de mera perspectiva de linguagem neste pequeno exemplo (Carvalho, 2022a), mas, como a forma não se separa do conteúdo, o que se alcança em um ou outro modo de colocar as problematizações é crucial. O primeiro é uma vista do exterior, a segunda apreende a paisagem a partir de seu sentido interno. Talvez a presente argumentação tivesse que explorar em maior detalhe essa questão, das formas de representação na Geografia (Serpa, 2021) e ir mais longe na análise do segundo caso para mostrar como é o sentido da própria paisagem que, assim, é alcançado. E sentido aqui não enquanto conteúdo sensório (se bem que é impossível estarmos apartados dessa condição enquanto sujeitos perceptivos), mas trata-se do sentido enquanto o que sustenta esta ou aquela paisagem.

Poderiam contra argumentar: mas esta descrição nos lega apenas a própria percepção imediata dos fenômenos, sua aparência; para compreender a paisagem do bairro citado é preciso compreender as dinâmicas históricas atreladas ao processo de produção e reprodução da sociedade capitalista, é preciso compreender a posição periférica brasileira na divisão social e territorial do trabalho, bem como a posição do Nordeste frente ao Brasil. É apenas dentro deste contexto que o bairro nasce e se consolida na capital baiana como periférico.

Em nada teria a discordar acerca das dinâmicas históricas e das relações sociais, porém, com a descrição mencionada não alcançamos a aparência da paisagem, senão seu sentido particular. Como expõe Angelo Serpa (2010), uma crítica fenomenológica deve revelar o invisível espacial presente no “visível” de cada paisagem, de cada aparição, enquanto

“essência”. E se essa intuição nos faz captar o sentido da paisagem (de certo modo também o “invisível”), ela é uma paisagem particular de um conjunto infindável de manifestações do fenômeno paisagem (Sartre, 2003).

As variações dessa razão de série – a paisagem do Engenho Velho, de Ipanema, do Brooklin, do Bronx etc. – não de nos remeter, justamente, ao universal: como as paisagens são constituídas? Neste ponto é impraticável não seguir uma crítica sob o crivo das relações históricas (outra face do invisível), justamente, da sociedade capitalista; e é bastante curioso supor que os autores da Fenomenologia a ignorem.

Sobretudo o que vimos em Husserl e Heidegger aponta senão para a dimensão histórica, concreta, de seu – nosso – tempo. Compreender as relações sociais sob o alicerce marxista, por sua vez, não anula a animação dos fatos a partir do sentido descoberto pela descrição fenomenológica, sentido este que nos remete à realidade vivida de seus habitantes. É neste cerne, inclusive, que Cosgrove (2010) aponta como crítica à Geografia Radical o passar, por vezes, por cima e de maneira desatenciosa, da dimensão simbólica e cultural. O autor aponta como tais dimensões são elementares à Geografia Crítica, inclusive à compreensão dos fatores ideológicos de nossa sociedade; por outro lado, a crítica que dirige à Geografia Humanista vem dessa desconsideração das relações estruturais de organização social.

Mas acabamos de ver como essas problemáticas e as formas de enquadrar a questão podem conjugar-se numa aproximação. Foi o que fez Angelo Serpa (2008, 2013, 2019) em diversos textos. Ademais, essa descrição quer ver surgir as relações que nascem no mundo da vida, fecundando-o; aqui faremos o laço mais explícito com a Geografia Humanista.

## **A CRÍTICA POLÍTICA DA GEOGRAFIA HUMANISTA: O PRIMADO ONTOLÓGICO E A DIMENSÃO EMPÍRICA DA DESCRIÇÃO FENOMENOLÓGICA**

A descrição fenomenológica – pelo menos aplicada à Geografia, ou seja, a assunção de um aporte filosófico à ciência – baliza a dimensão empírica da pesquisa e, por outro lado, um esteio ontológico.

E aqui, antes de prosseguirmos, são necessárias algumas ponderações sobre o empírico. Na seção anterior foi percorrido como a descrição fenomenológica não se refere a um catalogar sob a forma do empirismo e, agora, afirma-se que ela enceta uma dimensão empírica. É necessário clarificar essas ideias.

Não se busca, com a descrição fenomenológica, por exemplo, o inventariar empirista das monografias regionais clássicas – embora, decerto, tais monografias voltem-se ao “empírico”, ao real. Na acepção rigorosa (fenomenológica), o empírico é pensado pela consubstanciação da redução fenomenológica que visa a captação do fenômeno em sua

essência. Pode-se pensar a essência enquanto o isto que se manifesta indelével na aparição do fenômeno mesmo com possíveis alterações fáticas do mesmo (Merleau-Ponty, 1990).

É com esta concepção rigorosa do empírico que se problematiza as questões investigadas neste ensaio; é sob tal crivo que intento pensar o mundo da vida, conforme será delineado a seguir. E, para tanto, é necessário precisar o mundo e a ideia de mundo da vida.

Mundo é o fundamento de nossa existência, trata-se do contexto dentro do qual uma consciência é revelada (Buttimer, 1976). Se nos afastamos da concepção husserliana que parece conduzir a argumentação da autora (pelo menos dos trabalhos iniciais de Husserl), podemos complementar, aproximando-nos de Heidegger (2005) e Merleau-Ponty (1999), que se trata de um contexto têmporo-espacial.

Espaço e tempo são condições basilares da existência pelos quais a própria existência se desenrola. Tal contexto têmporo-espacial, assim, ancora nosso passado (pessoal e histórico) e baliza o futuro.

O tempo vivido em situação – necessariamente espacial, encarnado no “espaço” para ser – fundamenta a experiência imediata com tal contexto indelével da existência humana anunciado por Buttimer (1976): o próprio mundo. Esse “contexto” da experiência imediata, dessa relação do ser com o espaço-tempo encarnada nas pluralidades das situações possíveis, designa o entendimento de “mundo” na linha da Geografia Humanista (Carvalho, 2022b).

E se estabelece, pois, uma relação/aproximação entre mundo e lugar, pois é o lugar o cerne da experiência do mundo, ele nos abre e nos ancora um mundo (Holzer, 2014). Aportada, assim, na experiência cotidiana do viver, do habitar a terra, a noção de mundo vivido quer sugerir, essencialmente, “[...] as dimensões pré-refletivas e tomadas como certas, da experiência, os significados não questionados e determinantes do comportamento” (Buttimer, 1976, p. 281; tradução nossa<sup>4</sup>) pelas quais mantemo-nos como ser-no-mundo.

No vocábulo geográfico, se trata, propriamente, da geograficidade – os modos de relacionamento do ser com espaço, com o mundo (Dardel, 2015), lembrando-nos que esses modos de relacionamento variam no espaço e no tempo, bem como os grupos sociais em pauta. Fiquemos aqui um breve momento, descrevamos a geograficidade que permeia nosso bairro.

Nada mais que passagem, indiferença. Se quer fazer do bairro apenas um dormitório e nada mais. E, quando mais, a luta se trava contra e não a favor do Engenho Velho: evangelizar para livrar seus moradores das amarras do diabo que o habita. O que se nota – o que se pode

---

<sup>4</sup> “The notion of lifeworld connotes essentially the prereflective, taken-for-granted dimensions of experience, the unquestioned meanings, and routinized determinants of behavior” (Buttimer, 1976, p. 281).

descrever desta relação entre os evangélicos e o lugar – é a indiferença, quiçá, sobretudo aos jovens, rancor, angústia e medo (Carvalho, 2022c, 2023).

Por outro lado... A despeito das mazelas e de todo o problema social de um bairro periférico, carente de infraestrutura urbana, se faz notar uma profunda relação entre membros do terreiro e o bairro. União inquebrantável. Quem pode, não se muda, procura a melhora – algo verbalizado pelos próprios candomblecistas – de si junto ao seu povo, ao seu lugar (Carvalho, 2018). Me parece explícita a dimensão política aberta pela descrição desse mundo terreno, prosaico, do dia a dia, em ambos os casos, entre evangélicos e o povo de santo.

Aos primeiros se desnuda a relação entre o ideário capitalista e o cristão-protestante (Mariano, 2004). O rancor e indiferença pelo lugar ressoam a Teoria da Prosperidade, segundo a qual o crente, se verdadeiramente cristão – isso é o que fica subentendido – terá uma vida abençoada economicamente. Nota-se como individualismo grassa – afinal o que importa, no juízo final, é sua salvação pessoal – e o senso de coletividade, comunidade, pertencimento, para com o bairro só pode, então, inexistir.

Para além da dimensão econômica e social, o desprezo pelo Engenho Velho da Federação atrela-se, em paralelo, à representação do lugar associada aos terreiros de Candomblé.

Os pontos elencados não dão vazão a uma leitura político-crítica da realidade? Alcança-se, de fato, não somente os aspectos culturais-subjetivos (subjetivista), senão mais amplos – econômicos, “políticos”, classe social etc. E tal leitura, ademais, quer esgarçar o componente ideológico que fundamenta a experiência do bairro dos evangélicos e evidenciar como, neste grupo, o crivo político (conforme nossa perspectiva particular delineada) se embota.

Quanto aos candomblecistas, o ardor topofílico impelia à luta pelo lugar, como a participação na Associação de Moradores; se tornava premente a valorização da identidade negra, eram estes agentes aqueles que apontavam não só a religião como marca do lugar, mas também a própria cultura negra; eram também tais membros que, mesmo frente à agressividade das religiões evangélicas, apontavam estas denominações como pertencentes, também, junto aos terreiros, como perfazendo a identidade do lugar, ou seja, entremeando um elo para uma perspectiva de diálogo, inclusive com que detrata sua religiosidade (Carvalho, 2018).

Não se instaura, justa e explicitamente, também aqui uma dimensão política? E se vislumbra, com os candomblecistas, o liame da política, inclusive, enquanto mola de ação-transformação da realidade social em caráter visceralmente libertador. E, mais uma vez, está-se longe de uma restrição à dimensão cultural-subjetivista.

A descrição, por outro prisma, alcança a ontologia, o segundo ponto que enlaçaremos ao debate político. E aqui a filiação do pensamento é, sobretudo, heideggeriana. Me permitam passar ao largo da minúcia explorada por este filósofo ao descrever o modo de ser do humano

para discutir com mais ênfase sua conclusão: como fundamental medida de nosso ser, está o mundo. Na expressão de Dardel (2015), é a terra quem sustenta toda posição e condição de existência, ela emerge como engajamento no ser.

É no bojo e como fundamento desse laço ontológico do ser ao mundo que a geograficidade emerge; ela pode ser compreendida, então, como o modo deste relacionamento ser-mundo, fundamenta a concretude da existência.

Se, em momentos anteriores, pareceu-nos que a Geografia Humanista encontrava a abordagem crítica da Geografia Radical, agora são os alicerces do pensamento marxista que ressoam no frescor Humanista.

Como defende Ruy Moreira (2004), explicitamente a partir do referencial heideggeriano, geograficidade designa a condição espacial de nossa existência, o equivalente do que em filosofia Heidegger designa a mundanidade do homem. O acento marxista, continua o autor, “[...] é o enraizamento dessa mundanidade de Heidegger, desse ser-estar-no-mundo de Hegel, no âmbito do metabolismo do trabalho” (Moreira, 2004, p. 32), o ponto ôntico-ontológico que se anuncia e se concretiza no metabolismo homem-meio. A partir deste processo se engendram formas de organização social e espacial.

Onde está o acento humanista? Em anunciar que esses modos de relacionamento com territórios, lugares, regiões, se nuança, se revela diferenciado a partir – este é o cerne do argumento – das *experiências*, das práticas espaciais, de determinados sujeitos históricos e/ou grupos sociais.

Para finalizar as problematizações, procuro pautar pontos para estimular a reflexão e não respostas definitivas. Que se pense nas pesquisas de Carlos Walter Porto-Gonçalves (1999, 2009). Quando se discute outra racionalidade que não a capitalista a partir das populações tradicionais, não é também, exatamente, uma outra experiência, uma outra forma de ser no mundo, uma geograficidade específica, o que se enseja?

Se perspectiva nesses estudos um outro diálogo entre ser e espaço, entre nós e mundo, uma outra racionalidade (certamente muito mais racional que aquela sob o julgo do capital). É outra experiência da Terra, de mundo, da vida, do outro. Uma Geografia centrada na dimensão da experiência há de ter muito a nos revelar enquanto leitura política de nossa sociedade.

## CONCLUSÃO

Buscamos neste ensaio dirimir as críticas frequentemente dirigidas à Geografia Humanista de que, ao ter como matriz filosófica a Fenomenologia, seus estudos são subjetivistas, acríticos e sem qualquer esteio político na análise das dinâmicas socioespaciais.

Articulamos a problemática deste escrito pelo crivo da descrição fenomenológica num duplo escopo, uma dimensão empírica e outra ontológica.

Mas aqui não temos duas linhas distintas. As considerações sobre a experiência dos evangélicos e candomblecistas (dimensão empírica) estão assentadas nessa matriz fundamental da relação ser-mundo (o esteio ontológico). O nulificar de mundo dentre os evangélicos, porque este é cerne do pecado e o que importa é a segunda vida, e a experiência terrena dos candomblecistas que, pelos terreiros, se conectam com sua massa ancestral, ancoram dois modos distintos da relação ontológica ser-mundo, quero dizer, distintas geograficidades.

É daqui que a experiência, a relação estabelecida entre os grupos religiosos com o bairro, com a cidade, em suma, com o mundo, germina. Se uma ontologia esteia as possibilidades empíricas do modo de ser, tal ontologia se torna concreta, justamente, quando empiricizada (Carvalho, 2022c). Talvez resida aí, inclusive, uma perspectiva para que os estudos da Geografia Humanista não recaiam na carapuça que lhes costumam vestir. Ancorar a reflexão analítica na concretude da existência é um elemento teórico-metodológico fundamental.

Com este texto, importante frisar, não se quer dizer que a Geografia Humanista deva estar num vitral sagrado no qual ninguém poderia ousar tocar, criticar. Nem se pode negar que as críticas prestadas aos trabalhos na seara Humanista não tenham fundamentos válidos. O que se quer dissipar é a acusação de que seu escopo teórico-metodológico a partir dos auspícios da Fenomenologia é essencial e intrinsecamente acrítico, apolítico e subjetivista. Se quis, com este ensaio, ajudar à compreensão da profundidade analítica que se pode alcançar sob os alicerces da Geografia Humanista.

## REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Gabriel. Marxismo e política: o marxismo tem uma teoria política? **GEOUSP**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2020.172544>. Acesso em: 3 out. 2023.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BUTTIMER, Anne. Grasping the dynamism of lifeworld. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v. 66, n. 2, p. 277-292, 1976.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “Geografia Crítica” e a crítica da Geografia. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. XI, n. 245, 2007. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24503.htm>. Acesso em: 9 set. 2022.

CARVALHO, Caê. Experiências religiosas e dimensão espacial. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, p. 1-15, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/rm2018.e17006>. Acesso em: 24 jul. 2022.

CARVALHO, Caê. O espaço através da religião: percepções e representações espaciais entre candomblecistas e evangélicos. **Geografia**, Rio Claro, v. 47, n. 1, p. 1-27, 2022a. Disponível em: <https://doi.org/10.5016/geografia.v47i1.16749>. Acesso em: 25 out. 2023.

CARVALHO, Caê. Geografia e ontologia: cumplicidade de ser entre sujeito e lugar, ser e espaço. **GEOgraphia**, Niterói, v. 24, n. 52, p. 1-16, 2022b. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2022.v24i52.a52209>. Acesso em: 25 out. 2023.

CARVALHO, Caê. **A dimensão espacial da experiência religiosa**: práticas e representações entre candomblecistas. Salvador: EDUFBA, 2022c.

CARVALHO, Caê. Os evangélicos e a paisagem do medo. **Geosul**, Florianópolis, n. 88, 2023. No prelo.

COSGROVE, Denis. Em direção a uma Geografia radical: problemas da teoria. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zenny. (org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 103-133.

DARDEL, Erik. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

FEIJOO, Ana Maria Lopez Calvo de; GOTO, Tommy Akira. É possível a Fenomenologia de Husserl como método de pesquisa em Psicologia? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, São Paulo, v. 32, n. 4, p. 1-9, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102.3772e3241>. Acesso em: 9 jun. 2022.

GOTO, Tommy Akira. **Introdução à psicologia fenomenológica**: a nova psicologia de Edmund Husserl. São Paulo: Paulus, 2008.

GOTO, Tommy Akira. Fenomenologia, mundo-da-vida e crise das ciências: a necessidade de uma geografia fenomenológica. **Geograficidade**, Niterói, v. 3, n. 2, p. 33-48, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12863/pdf>. Acesso em: 3 nov. 2022.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e o tempo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2012.

HOLZER, Werther. **Um estudo fenomenológico da paisagem e do lugar**: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI. 1994. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na Geografia Cultural-Humanista: uma contribuição para a Geografia contemporânea. **Geographia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 113-122, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13458/8658>. Acesso em: 3 nov. 2022.

HOLZER, Werther. A construção de uma outra ontologia geográfica: a contribuição de Heidegger. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 2, p. 241-251, 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/4830/5159>. Acesso em: 3 nov. 2022.

HOLZER, Werther. Mundo e lugar: ensaio de geografia fenomenológica. *In*: HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Lívia; MARANDOLA JR., Eduardo (org.). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014. p. 281-304.

HUSSERL, Edmund. **Idéias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Introdução geral à fenomenologia pura. São Paulo: Idéias e Letras, 2006.

HUSSERL, Edmund. **A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental**: uma introdução à filosofia fenomenológica. Porto Alegre: Forense Universitária, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MARANDOLA JR., Eduardo. Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência. **Terra Livre**, Goiânia, v. 2, n. 25, p. 67-79, 2005. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/398/378>. Acesso em: 3 nov. 2022.

MARANDOLA JR., Eduardo. Heidegger e o pensamento fenomenológico em Geografia: sobre os modos geográficos de existência. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, n. 1, p. 81-94, 2013a. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/7733/5448>. Acesso em: 3 nov. 2022.

MARANDOLA JR., Eduardo. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **Geograficidade**, Niterói, v. 3, n. 2, p. 49-64, 2013b. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/geograficidade2013.32.a12864>. Acesso em: 5 out. 2023.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 52, n. 18, p. 121-138, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/H6DCFyvKr6Yrxw7W6pWJcBz/?lang=pt>. Acesso em: 3 nov. 2022.

MARTÍNEZ RODRÍGUEZ, Alejandro. Fenomenología y política en la Crisis de las Ciencias Europeas y la Fenomenología Trascendental de Husserl. **Investigaciones Fenomenológicas**, v. 3, p. 279-291, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5944/rif.3.2011.5619>. Acesso em: 3 out. 2023.

MARX, Karl. **O capital, livro I**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Humanismo e terror**: ensaio sobre o problema comunista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Merleau-Ponty na Sorbonne**: resumo de cursos – psicossociologia e filosofia. Campinas: Papirus, 1990.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias). **Geographia**, Niterói, v. 6, n. II, p. 21-37, 2004.

NEVES, José Luiz. Merleau-Ponty e o marxismo: política e filosofia da história. **Dois Pontos**, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 111-127, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/328059851.pdf>. Acesso em: 3 out. 2023.

PARRA-AYALA, Andrés. Marx y el concepto de lo político. **Colombia Internacional**, n. 108, p. 39-61, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.7440/colombiaint108.2021.03>. Acesso em: 3 out. 2023.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A territorialidade seringueira: geografia e movimento social. **Geographia**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 67-88, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia1999.v1i2.a13352>. Acesso em: 3 nov. 2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O Latifúndio genético e a r-existência indígena-camponesa. **Geographia**, Niterói, v. 4, n. 8, p. 30-44, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i8.a13431>. Acesso em: 3 nov. 2022.

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, n. 7, p.1-25, 1979.

RODRÍGUEZ SUÁREZ, Luisa-Paz. Fenomenología y política en el pensamiento de Hannah Arendt. **Investigaciones Fenomenológicas**, n. 3, p. 419-431, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5944/rif.3.2011.5628>. Acesso em: 3 out. 2023.

- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.
- SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 2003.
- SARTRE, Jean-Paul. **Critique of dialectical reason**: theory of practical ensembles. London; New York: Verso, 2004. v. 1.
- SERPA, Angelo. Uma abordagem sócio-cultural para o conceito de região na Geografia e no planejamento. **Geonordeste**, Aracaju, ano XIX, n. 1, p. 11-32, 2008.
- SERPA, Angelo. Milton Santos e a paisagem: parâmetros para a construção de uma crítica da paisagem contemporânea. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 17, p. 131-138, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/77376>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- SERPA, Angelo. Paisagem, lugar e região: perspectivas teórico-metodológicas para uma geografia humana dos espaços vividos. **GEOUSP**, São Paulo, n. 33, p. 168-185, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2013.74309>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- SERPA, Angelo. Fenomenologia transcendental como fundamento de uma fenomenologia da paisagem: notas sobre um exercício prático de redução fenomenológica. **Geograficidade**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 18-30, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/geograficidade2016.61.a12951>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- SERPA, Angelo. Ser lugar e ser território como experiências do ser-no-mundo: um exercício de existencialismo geográfico. **GEOUSP**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 586-600, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.125427>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos**. São Paulo: Contexto, 2019.
- SERPA, Angelo. Revisitando a teoria das representações sociais em Henry Lefebvre. In: SERPA, Angelo (org.). **Representação e Geografia**. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 45-64.
- SILVA, Alessandro Soares; EUZÉBIOS FILHO, Antonio. Marxismo, consciência e comportamento político. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 27, p. 1-19, 2021. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/lc/v27/1981-0431-LC-27-e36500.pdf>. Acesso em: 3 out. 2023.
- SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**. São Paulo: UNESP, 2004.
- SUERTEGARY, Dirce. Notas sobre a epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 12, p. 1-63, 2005. Disponível em: <https://cadernosgeograficos.ufsc.br/files/2016/02/Cadernos-Geogr%C3%A1ficos-UFSC-N%C2%BA-12-Notas-sobre-a-Epistemologia-da-Geografia.-Maio-de-2005.pdf>. Acesso em: 8 out. 2023.
- TONET, Ivo. **Método científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TORRES, Ana Paula Repolês. O sentido da política em Hannah Arendt. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 235-246, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/ZQCytkh6JFhr5bhXKdXyS/>. Acesso em: 4 out. 2023.

**Recebido:** abril de 2023.  
**Aceito:** outubro de 2023.